

ATA DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 044/2016/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: DER/RO

Processo Administrativo nº. 01.1420.02113-00-2016-DER/RO

OBJETO: Construção e Pavimentação Asfáltica em CBUQ da rodovia RO-005, trecho: km 5,0 (Penitenciária) / Ramal Aliança, segmento: Estaca 700 + 0,00 à Estaca 1.521+ 10,00, Lote 02 com extensão de 16,43 km, no(s) município(s) de Porto Velho/RO.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezessete às 09h00min, na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sito à avenida: Farquar, s/nº, bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, nesta cidade, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela Portaria nº. 048/GAB/SUPEL/RO, de 30 de dezembro de 2016, para proceder ao exame dos recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelas empresas: **MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA e LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. DA 1ª RECORRENTE:** Contradita o julgamento da decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou no processo licitatório em epígrafe, sob a justificativa de que a mesma não teria *apresentado relação explícita, bem como, declaração formal, completa, do aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação*, contrariando o item 15.3.5 do Edital. Afirma que o julgamento desta Comissão de Licitação foi dotado de excesso de formalismo. Transcreve parte da redação do art. 3º da lei 8.666/93 "... a finalidade da licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional ...". A empresa recorrente afirma que os equipamentos apresentados são mais do que suficientes para alcançar o objeto do contrato, e que já prestou diversos serviços análogos ao licitado, conforme documentação. Alega que a inabilitação da recorrente afronta o princípio da impessoalidade e da legalidade. Que o rigor exagerado adotado pelas Comissões de Licitações em seus julgamentos são provocadas quase sempre pelas próprias regras editalícias. Ainda que "...as exigências legais nos procedimentos licitatórios, quanto à forma, devem atender critérios racionais, lembrada sempre a finalidade com que são impostas e evitando-se o culto das formas como se elas fossem um fim em si mesmas...". Que o motivo que ensejou a inabilitação da empresa recorrente não é suficiente, e que este atendeu integralmente as exigências do edital. **PEDIDO:** Requer o provimento do recurso ora analisado e que Comissão modifique a decisão que inabilitou a recorrente, tornando-a apta a prosseguir no certame. **DA 2ª RECORRENTE:** A empresa **LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP** discorda da decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou

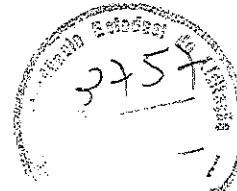
3756

tendo como argumento o não cumprimento do item 15.3.5 do edital, que prevê *apresentação da relação explícita, bem como, declaração formal, completa, do aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação*. Baseia seu recurso administrativo sob o único argumento que o edital que rege o presente certame não tem objetividade, visto que o item 15.3.5 "a" está transcrito da seguinte forma: *a) a relação de máquinas deverá conter todos os itens especificados neste edital em cumprimento ao I, § 6º da Lei 8666/93 sob pena de inabilitação*. Alega que falta o número do artigo na redação, e que portanto o Aviso de Julgamento de Habilitação emitido pela Comissão carece de fundamentação legal. E que o referido item seja corrigido em editais futuros, pois segundo a recorrente, evitará danos ao erário público. **PEDIDO** : Requer que a Comissão de Licitação reforme a decisão anteriormente proferida, habilitando a empresa recorrente, possibilitando que a mesma participe da segunda fase licitatória. Expirado o prazo para interposição de recursos, a Comissão de Licitação deu conhecimento as participantes, abrindo o prazo para contra razões de recurso, nenhuma empresa manifestou intenção em contra razão. **DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – Após reanálise de toda documentação apresentada pelas empresas recorrentes **MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA** e **LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP**, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de julgamento do dia 06.06.2017, fundamentando-a no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, senão vejamos: Reza o edital: **15.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 15.3.5 Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (Anexo V); a) a relação de máquinas deverá conter todos os itens especificados neste edital e cumprimento ao I, § 6º da Lei 8666/93 sob pena de inabilitação.** Tal exigência tem amparo legal na Lei das Licitações 8.666/93 art. 30 § 6º: “art. 30 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: § 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.” Deve-se atentar sempre para que as exigências de qualificação técnica não sejam desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame.” Outro não é o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b): “As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, **devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente.** **1ª RECORRENTE:** A relação que a empresa **MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA** apresentou em seu recurso e o que a CPLO constatou: **1)** alega que atendeu



RONDÔNIA
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar
Porto Velho, Rondônia.



sendo que na verdade esses veículos correspondem ao código **E402** e **E409**, respectivamente, restando a apresentação do item **E408**; 2) alega que atendeu ao código **E508** apresentando dois grupos geradores, um de 32 Kw, e outro de 144 Kw - na verdade esses geradores correspondem aos códigos **E509** e **E503**, respectivamente, restando a apresentação do item **E508**; 3) que atendeu ao código **E908** apresentando máquina de pintura e demarcação de faixas com 3 Kw de potência - sendo que a especificação requisitada é "máquina para pintura e demarcação de faixas auto prop 44 Kw", o que evidencia a inferioridade do equipamento apresentado pela requisitante; 4) que atendeu ao código **E922** apresentando martetele perfurador manual 1 Kw, sendo que na relação de equipamento mínimo a descrição do referido código exige "martetele perfurador/ rompedor elétrico 11316 (1Kw)", evidenciando a apresentação de equipamento com especificação distinta ao requisitado pela administração; e 5) que o equipamento referente ao código **E926** extrusora para meio fio de concreto (14 CV) não é indispensável para a consecução do objeto, deixando de apresentar dessa maneira o referido equipamento, descumprimento assim a regra editalícia. Em observância aos preceitos legais, essa Comissão não exige que o participante tenha a propriedade dos equipamentos relacionados, bastando apenas que a apresente, de acordo com o exigido, como garantia da execução do objeto licitado. Ao que pese a referida exigência, friza-se que as demais participantes apresentaram a relação de equipamentos de acordo com o exigido no edital, e portanto, habilitar a empresa recorrente que deixou de atender essa exigência, seria por parte da Comissão de Licitação uma inobservância ao princípio da isonomia (art. 37 da Constituição Federal). Tal princípio pode ser considerado como um instrumento regulador das normas, para que todos os destinatários de determinada lei recebam tratamento parificado. Nunca é demais lembrar que a licitação constitui ato administrativo formal, **ex vi** do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.666/1993, o que significa dizer que deve seguir o rito disciplinado na lei, dele não podendo se afastar, a que pretexto for. Pelo princípio da isonomia, é imperioso que a pessoas em iguais situações jurídicas sejam dados os mesmos tratamentos na aplicação do Direito. Assim, para que um fundamento de isenção seja aplicado a diferentes pessoas, é necessário que essas estejam exatamente na mesma situação. Isto é, havendo particularidades no caso de uma pessoa que não estão presentes no de outra, não se pode invocar tal princípio. Com relação a **2ª RECORRENTE**: Sob a alegação de que o julgamento da documentação de habilitação carece de fundamentação legal, tendo em vista que por erro de digitação faltou o número do artigo, não há muito o que discorrer por obviedade. Essa Comissão ressalta que o edital que rege a presente licitação em seu **PREÂMBULO** estabelece que o mesmo será regulamentado pela Lei Federal 8.666/93. Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual: "A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) ("in"

ressaltar que a relação de máquinas e equipamentos apresentada pela recorrente não constitui a menor garantia de que esta disponibilizará os exigidos pela administração em momento futuro, aceitar como se apresenta é transferir para Administração uma responsabilidade imputada ao particular. A relação de equipamentos constitui para Administração uma garantia mínima de que os participantes do referido certame apresentam estrutura capaz de viabilizar a consecução do objeto ora licitado. Tal exigência tem amparo legal na Lei das Licitações 8.666/93 art. 30 § 6º :

art. 30 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia. Deve-se atentar sempre para que as exigências de qualificação técnica não sejam desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame. Outro não é o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b): “As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, **devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado. (Grifo nosso)**”. Neste diapasão a RECORRENTE se não concordar, poderia impugnar o Edital, mas, não o fez fazendo deste lei entre as partes.

Neste contexto Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União,

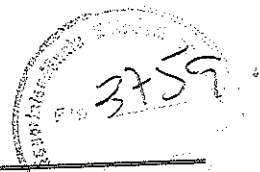
Reforça sua argumentação a respeito da vinculação do edital com o art. 41, §2º, da Lei 8.666: “Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo” (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417).

Com base nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, esta Comissão de Licitação decidiu não dar provimento aos recursos interpostos pelas empresas MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA e LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, permanecendo assim o lavrado na Ata do dia 06/06/2017, ou seja, INABILITADA as empresas MACOFER TERRAPLENAGEM LTDA e LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP e



RONDÔNIA
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar
Porto Velho, Rondônia.



CONSTRUTORA AMIL LTDA, M S M INDUSTRIAL LTDA, MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, PLASTILEX EMPREENDIMENTO DA AMAZÔNIA LTDA, META SERVIÇOS E PROJETOS e A S LAMAR. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pelo Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, 29 de junho de 2017.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:


NORMAN VERÍSSIMO DA SILVA
PRESIDENTE

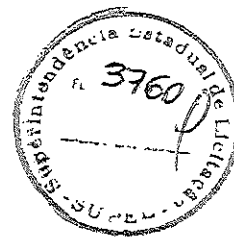

ERAÍDA ETRA MARIA LESSA
MEMBRO


ALVARO MORAES DO AMARAL JUNIOR
MEMBRO





RONDÔNIA
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

PARECER: 075/2017/ASSESSORIA/SUPEL

PROCESSO: 01.1420.02113-01/2016/DER/RO

ASSUNTO: ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 044/2016/CPLO/SUPEL/RO

OBJETO: Construção e Pavimentação Asfáltica em CBUQ da rodovia RO-005, trecho: km 5,0 (Penitenciária) / Ramal Aliança, segmento: Estaca 700 + 0,00 à Estaca 1.521+10,00, Lote 02 com extensão de 16,43 km, no(s) município(s) de Porto Velho/RO.

1. INTRODUÇÃO

O presente processo foi encaminhado a esta Assessoria a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer acerca de recurso administrativo interposto no decorrer do certame licitatório.

Abrigam os autos a Concorrência Pública nº 044/2016/CPLO/SUPEL/RO.

Trata-se de recursos administrativos interpostos pelas licitantes **MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA** (fls. 3726/3736) e **LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP** (fls. 3743/3747).

Não houve apresentação de contrarrazões.

2. ADMISSIBILIDADE

Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. SÍNTESE DOS FATOS

Consta na ata de reunião para análise e julgamento dos documentos de habilitação referente a presente Concorrência Pública, às fls. 3716, o julgamento da Comissão que decidiu:

- a) **INABILITAR** as empresas **MACOFER TERRAPLENAGEM LTDA** e **LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP**, por não terem apresentado relação explícita, bem como, declaração formal, completa, do aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação (conforme Anexo V), não atendendo o que determina o item 15.3.5 do edital.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

b) **HABILITAR** as empresas ENGERON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP, CONSTRUTORA AMIL LTDA, M S M INDUSTRIAL LTDA, MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, PLASTILEX EMPREENDIMENTO DA AMAZÔNIA LTDA, META SERVIÇOS E PROJETOS e A S LAMAR por terem atendido todas as exigências previstas no edital para essa primeira fase do certame licitatório.

4. DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA

A licitante apresenta recurso contra a sua inabilitação, decorrente do suposto descumprimento do **item 15.3.5¹** do edital.

Afirma que a decisão não merece vigorar, pois materializa excesso de formalismo, além de impedimento da livre concorrência.

Alega que o suposto erro não é capaz de anular a proposta da recorrente. Declara ter cumprido rigorosamente as previsões editalícias, tendo apresentado documentos que comprovam sua capacidade técnica. Salienta que inclusive já prestou diversos serviços idênticos ao Estado, conforme acervo probatório emitido pelo próprio DER/RO.

Fora questionada a relação de equipamentos mínimos, havendo incongruências apresentadas na tabela encaminhada pela recorrente (códigos: E408, E508, E908, E922 e E926). Afirma, porém, que os equipamentos apresentados são mais do que suficientes, sendo alguns até mesmo superiores ao exigido no edital. Assim, as supostas infringências de forma alguma maculam a capacidade técnica da recorrente.

Ante o exposto, requer a reforma de decisão proferida.

5. DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP

Insurge contra sua inabilitação no certame.

Afirma ter cumprido o exigido no instrumento convocatório. Questiona a redação do edital, no que tange ao item 15.3.5, alínea “a”, a qual dispõe que *“a relação de máquinas deverá conter todos os itens especificados neste edital em cumprimento ao I, §*

¹ **15.3.5** Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (Anexo V). a) a relação de máquinas deverá conter todos os itens especificados neste edital em cumprimento ao I, § 6º da Lei 8666/93 sob pena de inabilitação.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

6º da Lei 8666/93 sob pena de inabilitação”. Assevera que não fora mencionado a qual artigo estava se referindo, abrindo um leque gigantesco de artigos contidos na Lei de Licitações.

Tal falha impossibilita a inabilitação de qualquer empresa, uma vez que não há embasamento/previsão legal. O edital tem por obrigação legal a objetividade.

Solicita sua habilitação, considerando que a recorrente está apta a participar da licitação, uma vez que a mesma cumpriu todas as exigências editalícias.

6. DECISÃO DA CPLO

Examinados os pontos arguidos na peça recursal, a CPLO decidiu conhecer dos recursos interpostos, julgando-os **IMPROCEDENTES**, mantendo a inabilitação das recorrentes **MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA e LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP** (fls. 3755/3759).

7. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

Ambas as recorrentes se insurgem contra a inabilitação para o certame sob o argumento de não terem apresentado a declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado.

A recorrente MACOFER afirma que apresentou equipamentos superiores ao exigido para o certame, de forma que a relação de equipamentos apresentada por ela supriria a ausência da declaração supramencionada. Alega ainda que a sua inabilitação representa formalismo excessivo.

Inicialmente, nota-se que a recorrente tenta justificar a sua omissão ao taxar de formalismo excessivo a conduta da Comissão de licitação de inabilitá-la para o certame. Entretanto, a Comissão procedeu com a análise dos equipamentos ofertados nos documentos de habilitação, e concluiu que a recorrente não apresentou equipamentos que satisfizessem as condições mínimas exigidas pelo Instrumento Convocatório. Ademais, conforme estipula o Tribunal de Contas da União, a comprovação da capacidade técnica



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

deve ser norteadas pelo art. 37, XXI da CF, que somente admite exigências de qualificação técnica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Em um de seus acórdãos, o tribunal proferiu a seguinte decisão no Acórdão nº 1891/2006:

“Sobre a comprovação de capacidade técnico-operacional referente a itens irrelevantes ou de valor insignificante frente à estimativa global da obra, acompanho, em grande parte, as conclusões da unidade instrutiva, que se pronunciou pela ilegalidade das exigências. Entretanto, destaco que a jurisprudência deste Tribunal - Decisão 1.618/2002 e Acórdão 515/2003, ambos de Plenário - já se manifestou no sentido de que o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 somente se aplica à qualificação técnico-profissional, estando a limitação da capacidade técnico-operacional insculpida no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual somente permite exigências de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (Relator: Min. Ubiratan Aguiar)

Ora, no caso em análise percebe-se que a declaração formal de que possui equipamentos e acervo técnico para o cumprimento do objeto é questão fundamental para assegurar à Administração que a licitante possui capacidade mínima exigida para realização do serviço almejado.

Portanto, a ausência desse documento representa uma falha insanável, e caso houvesse a aceitação da empresa, a Administração estaria assumindo o risco de não receber o objeto do certame nos moldes estipulados pelo Edital e seus anexos. Logo, a decisão da Comissão está em conformidade com o interesse público e com a legislação vigente, razão pela qual não deve prosperar o pleito da recorrente.

No que diz respeito à recorrente LUFEM alega que a previsão do Item 15.3.5 estava incompleta, não havendo menção ao artigo da Lei que fundamenta a hipótese de inabilitação, portanto, não havia a devida fundamentação legal para ter sido inabilitada.

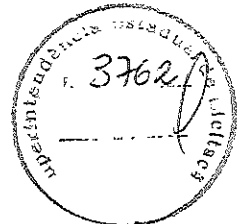
Assim estipula o item 15.3.5 do edital:

15.3.5 Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (Anexo V);
a) a relação de máquinas deverá conter todos os itens especificados neste edital em cumprimento ao I, § 6º da Lei 8666/93 sob pena de inabilitação.

Nota-se que a redação realmente estava incompleta, não havendo a menção do art.30, da Lei 8.666/93. Contudo, tal omissão não é suficiente para respaldar a falha da licitante LUFEM, pois mesmo diante do texto imperfeito, é plenamente possível compreender que havia a exigência da declaração formal dos equipamentos e acervo



RONDÔNIA
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

técnico. Logo, a licitante não cumpriu com as exigências do Instrumento Convocatório, motivo pelo qual a sua inabilitação se deu em conformidade com os ditames legais.

8. CONCLUSÃO

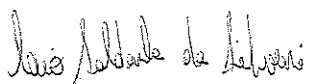
Por todo o exposto, esta Assessoria Técnica opina pela manutenção da decisão exara pela Comissão Permanente de Obra – CPLO, julgando **IMPROCEDENTES** os recursos das empresas **MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA** e **LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP**.


Encerrada a fase de julgamento do recurso administrativo, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

É o Parecer.

À apreciação superior.

Porto Velho, 04 de julho de 2017.


Caio Saldanha da Silveira
Matrícula 300132401
OAB/RO 6392


Wanderly Lessa Mariaca
Chefe em Substituição
Matrícula 300008132
OAB/RO 1281



RONDÔNIA
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL
Complexo Rio Madeira - Ed. Reto 1 - Rio Pacaás Novos 2º Andar
Porto velho, Rondônia.



À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS - CPLO
PRESIDENTE NORMAN VIRÍSSIMO DA SILVA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 044/2016/CPLO/SUPEL/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.1420.02113-01/2016
INTERESSADO: DER/RO

OBJETO: Construção e Pavimentação Asfáltica em CBUQ da rodovia RO-005, trecho: km 5,0 (Penitenciária) / Ramal Aliança, segmento: Estaca 700 + 0,00 à Estaca 1.521+ 10,00, Lote 02 com extensão de 16,43 km, no(s) município(s) de Porto Velho/RO.

DECISÃO

Em consonância com os motivos expostos na Decisão de Recurso da Comissão às fls. 3755/3759 e ao parecer proferido pela Assessoria de Análise Técnica às fls. 3760/3762, o qual opinou pela MANUTENÇÃO do julgamento proferido pela Comissão.

DECIDO:

Conhecer e julgar **IMPROCEDENTES** os recursos interpostos pelas empresas **MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA** e **LUFEM CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP**.

Em consequência, MANTENHO a decisão da CPLO.

À Comissão Permanente de Licitações de Obras para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Porto Velho, 04 de julho de 2017.


MARCIO ROGÉRIO GABRIEL
Superintendente/SUPEL/RO

